

CONTRATO Nº 20250197

O Município de SANTA BÁRBARA DO PARÁ, por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ, com sede na RODOVIA AUGUSTO MEIRA FILHO, KM 17, CNPJ-MF, Nº 83.334.698/0001-09, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) MARCUS LEÃO COLARES, PREFEITO MUNICIPAL, e do outro lado DISTRIBUIDORA BOM SUCESSO LTDA, CNPJ/CPF CNPJ 47.186.631/0001-00, com sede na R VINTE E TRES DE AGOSTO, CASTANHEIRA, Belém-PA, CEP 66645-170, de agora em diante denominada CONTRATADA(O), neste ato representado pelo(a) Sr.(a).ROMULO JACQUES CORREA, portador do(a) CPF 024.352.532-06, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 034/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90003.2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS E INSUMOS AGRÍCOLAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ/PA., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
043739	ADUBO ORGÂNICO - ESTERCO DE GALINHA CURTIDO. COM AS GARANTIAS: UNIDADE MÁXIMA:30% p/p. NATUREZA FÍSICA: SÓLIDO. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS ADEQUADAS, COM AS DEVIDAS INFORMAÇÕES. EM SACOS DE 20KG.	SACO	1.500,00	42,000	63.000,00
043750	SEMENTE COENTRO VERDÃO - PCT 500g COM PODER GERMINATIVO E PUREZA A PARTIR DE 80%. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS ADEQUADAS, COM SUAS DEVIDAS ESPECIFICAÇÕES E INFORMAÇÕES, CONTENDO DATA DE VALIDADE E O LOTE. SEM TRATAMENTO COM DEFENSIVOS OU PRODUZIDA EM SISTEMA ORGÂNICO DE PRODUÇÃO. LOTE COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	UNIDADE	15,00	60,000	900,00
043753	SEMENTE DE CEBOLINHA VERDE FINA - 50mg. COM PODER GERMINATIVO E PUREZA A PARTIR DE 80%. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS ADEQUADAS, COM SUAS DEVIDAS ESPECIFICAÇÕES E INFORMAÇÕES, CONTENDO DATA DE VALIDADE E LOTE. SEM TRATAMENTO COM DEFENSIVOS OU PRODUZIDA EM SISTEMA ORGÂNICO DE PRODUÇÃO. LOTE COM VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	UNIDADE	70,00	113,150	7.920,50
043756	SEMENTE DE MAMÃO PAPAYA HAWAII - 2,50g COM PODER GERMINATIVO E PUREZA A PARTIR DE 80%. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS ADEQUADAS, COM SUAS DEVIDAS ESPECIFICAÇÕES E INFORMAÇÕES, CONTENDO DATA DE VALIDADE E O LOTE. SEM TRATAMENTO COM DEFENSIVOS OU PRODUZIDA EM SISTEMA ORGÂNICO DE PRODUÇÃO. LOTE COM VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	UNIDADE	70,00	24,000	1.680,00
043757	SEMENTE DE MÁXIXE DO NORTE - 10g COM PODER GERMINATIVO E PUREZA A PARTIR DE 80%. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS ADEQUADAS, COM SUAS ESPECIFICAÇÕES E INFORMAÇÕES, CONTENDO DATA DE VALIDADE E O LOTE. SEM TRATAMENTO COM DEFENSIVOS OU PRODUZIDA EM SISTEMA ORGÂNICO DE PRODUÇÃO. LOTE COM VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	UNIDADE	70,00	28,000	1.960,00
043758	SEMENTE DE MELANCIA CRIMSON - 5g COM PODER GERMINATIVO E PUREZA A PARTIR DE 80%. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS ADEQUADAS, COM SUAS DEVIDAS ESPECIFICAÇÕES E INFORMAÇÕES, CONTENDO DATA DE VALIDADE E O LOTE. LOTE COM VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	UNIDADE	70,00	15,000	1.050,00
043760	SEMENTE DE PIMENTA DE CHEIRO ACEMIRA - 500mg COM PODER GERMINATIVO E PUREZA A PARTIR DE 80%. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS ADEQUADAS, COM SUAS DEVIDAS ESPECIFICAÇÕES E INFORMAÇÕES, CONTENDO DATA DE VALIDADE E O LOTE. SEM TRATAMENTO COM DEFENSIVOS OU PRODUZIDA EM SISTEMA ORGÂNICO DE PRODUÇÃO. LOTE COM VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	UNIDADE	70,00	32,670	2.286,90
043767	SEMENTES DE ABÓBORA JACAREZINHO - 10g COM PODER GERMINATIVO E PUREZA A PARTIR DE 80%. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS ADEQUADAS, COM SUAS DEVIDAS ESPECIFICAÇÕES E INFORMAÇÕES, CONTENDO DATA DE VALIDADE E O LOTE. SEM TRATAMENTO COM DEFENSIVOS OU PRODUZIDA EM SISTEMA ORGÂNICO DE PRODUÇÃO. LOTE COM VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	UNIDADE	70,00	24,000	1.680,00
043772	TELA 50% LUZ - SOMBRITE - (ROLO DE 3X50m) AS TELAS DE SOMBRITE TEM COMO PRINCIPAL FUNÇÃO REDUZIR A INTENSIDADE SOLAR E A TEMPERATURA SEM PREJUDICAR A TRANSMISSÃO DA RADIAÇÃO SOLAR NECESSÁRIA PARA A FOTOSSÍNTESE, ALÉM DE SER UMA IMPORTANTE PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV	ROLO	12,00	900,000	10.800,00
043773	TELA 50% LUZ - SOMBRITE - (ROLO DE 6X50m) AS TELAS TEM COMO PRINCIPAL FUNÇÃO REDUZIR A	ROLO	3,00	1.100,000	3.300,00



	INTENSIDADES SOLAR E A TEMPERATURA SEM PREJUDICAR A TRANSMISSÃO DE RADIAÇÃO SOLAR NECESSÁRIA PARA A FOTOSÍNTESE, ALÉM DE SER IMPORTANTE PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV				
043774	TORTA DE MAMONA - 50KG ADUBO ORGÂNICO FARELENTO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL LACRADO. (COMPOSIÇÃO MÉDIA: MACRONUTRIENTES (%): NITROGÊNIO (N): 4 A 6; FÓSFORO (P2O5): 0,7 A 2,0; POTÁSSIO (K2O): 1,0 A 2,0; CÁLCIO (CaO): 0,5 E 1,8; MAGNÉSIO (MgO): 0,5 A 0,9. MICRONUTRIENTES (ppm): ZINCO (Zn): 100 a 141; COBRE (CU): 70 A 80; MANGANÊS (Mn): 55 A 400; FERRO (Fe): 1.000 A 1.400; BORO (B): 80 A 100. OUTRAS CARACTERÍSTICAS: UMIDADE -10%; ÍNDICE DE ACIDEZ (PH) -6,0; MATÉRIA ORGÂNICA -92%; RELAÇÃO C/N -6:1 A 10:1).	SACO	90,00	170,000	15.300,00
044578	HERBICIDA GLIFOSATO HERBICIDA SELETIVO CONDICIONAL DE AÇÃO SISTÊMICA, ELIMINA FOLHAS LARGAS E ESTREITAS EM PÓS - EMERGÊNCIA. COMPOSIÇÃO: SAL DE DI-AMÔNIO DE N-(PHOSPHONOMETHYL) GLYCINE 577,0 G/L (57,7% M/V) EQUIVALENTE ÁCIDO DE N-(PHOSPHONOMETHYL) GLYCINE 480,0 G/L (48,0% M/V) DIETILENOGLICOL 20,0 G/L (2,0% M/V) OUTROS INGREDIENTES 658,0 G/L (65,8% M/V) GRUPO G HERBICIDA CLASSE: HERBICIDA SELETIVO CONDICIONAL, DE AÇÃO SISTÊMICA, DO GRUPO QUÍMICO GLICINA SUBSTITUÍDA. TIPO DE FORMULAÇÃO: CONCENTRADO SOLÚVEL (SL)	LITRO	10,00	79,000	790,00
044891	FIO DE TUTORAMENTO/AMARRAÇÃO. MATERIAL: PEHD COR: BRANCO, COMPRIMENTO: 1.200 METROS.	ROLO	6,00	100,000	600,00
044900	FARINHA DE OSSO - SACO COM 25kg FARINHA DE OSSO SEM MISTURAS, PRODUTO ORGÂNICO. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS ADEQUADAS, COM SUAS DEVIDAS ESPECIFICAÇÕES E INFORMAÇÕES, CONTENDO A DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E O LOTE. LOTE COM VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	SACO	180,00	118,000	21.240,00
				VALOR GLOBAL R\$	132.507,40

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato será de 03 de Abril de 2025 até 02 de Julho de 2025, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$ 132.507,40 (cento e trinta e dois mil, quinhentos e sete reais e quarenta centavos).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do IPCA, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5 Nas aferições finais, os índices utilizados para reajuste serão, obrigatoriamente, o definitivos.

7.6 Caso o IPCA venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações da CONTRATANTE:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

8.1.5 Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.1.6 Aplicar à CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

8.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9 A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

8.1.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

- 9.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados ;
- 9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- 9.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I-Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II- **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III- **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV- **Multa:**

a. Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013 , serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 Indenizações e multas.

12.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Exercício 2025 Atividade 0910.201220008.2.178 Gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agricultura, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.31, no valor de R\$ 132.507,40

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- FORO

17.1 Fica eleito o Foro da cidade de SANTA BÁRBARA DO PARÁ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

SANTA BÁRBARA DO PARÁ - PA, 02 de Abril de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
CNPJ(MF) 83.334.698/0001-09
CONTRATANTE

DISTRIBUIDORA BOM SUCESSO LTDA
CNPJ 47.186.631/0001-00
CONTRATADO(A)

Testemunhas:

1. _____

2. _____